

Como funciona o processo de normalização?

FÁBIO LUÍS PEDROSO - EDITOR - <https://orcid.org/0000-0002-5848-8710> (fabio@ibracon.org.br)

A normalização é um processo de formulação e aplicação de regras para estabelecer as condições que possibilitem que um produto, projeto, processo, sistema, pessoa, bem ou serviço atendam às finalidades a que se destinam.

O produto da normalização é a norma, documento estabelecido por consenso entre as partes interessadas (governo, indústrias, consumidores e academia) no bem ou serviço e aprovado por um organismo reconhecido para tal fim - no Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

“A normalização é um processo que permite a sociedade sua autorregulação por ser uma iniciativa do próprio setor, que percebe nas normas técnicas o resultado registrado de debates que elevam os níveis de segurança e melhoram a qualidade, buscando apresentar soluções consensuadas tecnicamente para o atendimento de pleitos do mercado”, define o presidente da ABNT, Mário William Esper.

A primeira norma brasileira foi sobre cálculo e execução de obras de concreto armado (NB-1), discutida e aprovada na 2ª Reunião dos Laboratórios Nacionais de Ensaios, realizada em São Paulo, em 1940. A iniciativa de propor um texto-base de projeto de norma para discussão coube aos engenheiros civis como Paulo Sá, Fernando Lobo Carneiro (Instituto Nacional de Tecnologia) e Telemaco van Langendonk (Associação Brasileira de Cimento Portland), entre outros.

Nesta reunião, houve também a iniciativa de criar uma entidade responsável por atender as demandas e coordenar os trabalhos para elaboração, discussão, aprovação e publicação de normas técnicas - a ABNT.

Em 24 de agosto de 1992, a ABNT recebeu do Governo Federal, por meio da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro), o título de Único Foro Nacional de Normalização no Bra-



Profissionais participam remotamente de reunião de Comissão de Estudos da ABNT

sil. O título reconhece a ABNT como uma associação civil sem fins lucrativos, com a missão de prover a sociedade brasileira de conhecimento sistematizado, por meio de documentos normativos e avaliação da conformidade de bens e serviços.

“A ABNT é uma entidade privada, que não compõe a administração pública direta ou indireta. Dessa forma, ela não tem poder e expedir documentos legais, não cabendo ainda a ela qualquer poder de fiscalização”, esclarece Esper.

A iniciativa de qualquer norma deve partir das pessoas interessadas na melhoria dos processos produtivos e na segurança, qualidade, confiabilidade e eficiência de produtos e serviços. São essas partes interessadas - pessoas, empresas, entidades ou organismos - que demandam da ABNT a elaboração de uma norma. São elas também que se reúnem para discutir o tema e propor o texto-base que vai servir de projeto de norma, que após ser submetido à consulta pública e aprovado por consenso, vira norma válida.

O interesse no processo, realizado conforme princípios internacionais de normali-

zação, é a percepção das partes sobre os benefícios decorrentes da existência de uma norma, dentre os quais: “a redução de desperdícios, o aumento da qualidade de bens e serviços por meio da utilização de métodos reconhecidos e aceitos por todos os elos da cadeia, aumentando assim a confiança dos clientes e contribuindo para a segurança no trabalho, uma vez que um documento técnico consolida tecnologias e aperfeiçoa técnicas, aprimorando a produtividade”, argumenta Esper.

COMITÊS TÉCNICOS

Para a realização do processo de normalização, a ABNT conta com os Comitês Técnicos, órgãos de coordenação, planejamento e execução das atividades de normalização técnica, responsáveis por engajar as partes interessadas para atender as demandas da sociedade para elaboração de normas técnicas.

Os Comitês Técnicos são formados por estruturas de normalização - as Comissões de Estudo - que é onde se reúnem as partes interessadas para propor, discutir e aprovar as normas técnicas, bem como

para atualizar e revisar as normas em vigor.

O setor de construção civil é representado na ABNT pelos Comitê Brasileiro de Construção Civil (CB-002) e Comitê Brasileiro de Cimento, Concreto e Agregados (CB-018), bem como pelas Comissões Especiais Execução e Inspeção de Estruturas Especiais de Concreto, Mistas, de Alvenaria e de Pedra (CEE-169), Materiais não Convencionais para Reforço de Estruturas de Concreto (CEE-193) e de Projeto de Estruturas Metálicas, de Madeira, de Concreto e Mistas e Inspeção de Estruturas Metálicas, de Madeira e Mistas (CEE-231), entre outros.

O CB-02 foi criado estatutariamente em 06 de maio de 1968 para elaborar normas no campo das edificações, compreendendo terminologia, projeto de estruturas, organização de informações de projeto e construção, requisitos geométricos gerais para construção, requisitos de desempenho de sistemas construtivos, entre outros temas.

Deste âmbito, estão excluídos os produtos, componentes e materiais utilizados em edificações, como os compósitos à base de cimento (como o concreto), seus materiais constituintes (como o cimento e agregados) e seus produtos (como blocos, painéis, tubos), cuja terminologia, classificação, requisitos, procedimentos, métodos de ensaio e generalidades cabe ao CB-18, criado estatutariamente em 27 de outubro de 1978.

Nas páginas dos Comitês na internet (www.abnt.org.br/normalizacao/comites-tecnicos), é possível acompanhar o andamento dos projetos em discussão na ABNT e entrar em contato. Por exemplo, no CEE-169, secretariado pelo Instituto Brasileiro do Concreto - IBRACON, estão sendo elaborados os projetos para as normas “Inspeção de túneis revestidos em concreto” e “Inspeção de estruturas hidráulicas em concreto”; já, os textos-base dos projetos de norma “Prova de carga estática em estruturas de concreto” e “Inspeção de pontes, viadutos e passarelas de concreto” estão em Consulta Nacional e análise da Consulta Nacional.

PROCESSO DE NORMALIZAÇÃO

O processo para elaboração ou revisão de uma norma começa com a iniciativa de uma pessoa, empresa, entidade ou organismo regulamentador. Esta deve encaminhar uma solicitação à Gerência de Planejamento e Projetos, preenchendo o Formulário de Demanda.

TABELA 1

COMISSÕES DE ESTUDO DOS COMITÊS BRASILEIROS DE CONSTRUÇÃO CIVIL E CIMENTOS, CONCRETOS E AGREGADOS RELACIONADOS AO CONCRETO E ÀS ESTRUTURAS DE CONCRETO

ABNT/CB-002 - Construção Civil	ABNT/CB-018 - Cimentos, Concretos e Agregados
Ações e segurança nas estruturas	Cimento, matérias primas e adições
Segurança nas estruturas resistentes a sismos	Cimento para poços petrolíferos
Forças devidas ao vento em edificações	Calda de cimento para injeção
Alvenaria estrutural - blocos de concreto - projeto e execução	Cimento para cimentação de poços petrolíferos
Parede de concreto	Agregados para concreto e argamassa
Alvenaria estrutural	Métodos de análise química de agregados
Execução de desenhos para obras de concreto simples e armado	Métodos físicos e mecânicos de agregados
Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldadas	Agregado reciclado de resíduos sólidos da construção civil
Cargas móveis em pontes rodoviárias	Equipamentos para ensaios de peneiramento
Ações para o cálculo de estruturas de edifícios	Controle da qualidade do concreto
Projeto e execução de estruturas de concreto	Métodos de ensaio de concreto
Reformas em edificações	Concreto autoadensável
Parede de concreto celular	Concreto compactado com rolo
Execução de estruturas de concreto	Classificação de concretos
Projeto de estruturas de concreto reforçado com fibras	Durabilidade do concreto
Sistema construtivo de PVC concreto	Concreto leve
Desempenho de edificações	Concreto massa
Manutenção de edificações	Concreto de alto desempenho
—	Concreto dosado em central
—	Concreto reforçado com fibras
—	Concreto projetado
—	Concreto sujeito a radiação
—	Aditivos para concreto
—	Água para produtos à base de cimento
—	Laje
—	Telhas de concreto
—	Blocos de concreto
—	Tubos e aduelas de concreto
—	Elementos de concreto para manutenção e inspeção de sistemas enterrados
—	Pavimentos permeáveis de concreto
—	Placas de concreto para piso
—	Produtos de cimento Portland reforçados por fibras, fios ou filamentos
—	Lajes alveolares e painéis pré-fabricados de concreto
—	Blocos de concreto celular autoclavado
—	Estacas pré-fabricadas de concreto
—	Galerias técnicas pré-fabricadas de concreto
—	Gerenciamento ambiental de cimento e concreto

O IBRACON, por meio de seus Comitês Técnicos, tem tradicionalmente contribuído com o processo de normalização. Nesses Comitês são propostas, discutidas e elaboradas Práticas Recomendadas, publicações que visam orientar os profissionais sobre a aplicação de produtos e serviços relacionados ao concreto e suas estruturas.

Os membros dos Comitês do IBRACON têm frequentemente acionado a ABNT e participado de suas Comissões de Estudo, inclusive levando experiências e conhecimentos alcançados na elaboração das Práticas Recomendadas.

A pertinência da demanda é analisada pela ABNT e, sendo viável, é levada ao Comitê Técnico correspondente para inserção em seu Programa de Normalização Setorial. Se não houver Comitê Técnico relacionado com a demanda, a ABNT propõe a criação de um novo.

O assunto é, então, discutido amplamente pelas Comissões de Estudo, com participação aberta a qualquer interessado, até atingir o consenso, gerando um Projeto de Norma.

Desde 2017, é possível participar remotamente das reuniões dos Comitês de Estudo. Para participar, basta fazer a solicitação à Comissão de Estudo pelo link www.abntonline.com.br/normalizacao.

“A possibilidade de participação remota em reuniões potencializou a contribuição das partes, agregando maior representatividade, capilaridade e transparência ao processo de elaboração de normas técnicas”, complementa Esper.

Os trabalhos das Comissões de Estudo podem ser acompanhados à distância pelo ABNT Livelihood (<https://isolutions.iso.org>).

O Projeto de Norma é editorado e submetido à Consulta Nacional, fase em que todas as partes interessadas que não participaram das reuniões para sua elaboração podem acessá-lo para examiná-lo e emitir suas considerações.

Segundo Mario William, “as partes que se manifestam durante o processo de Consulta Nacional e emitem comentários técnicos recebem retorno acerca da inclusão ou não, com a devida justificativa, após a análise da Comissão de Estudo”.

A Consulta Nacional é realizada pela internet por meio do link: www.abnt.org.br/consultanacional.

Todos os que se manifestaram durante a Consulta Nacional são convidados para reunião de deliberação, quando o Projeto de Norma é votado para ser aprovado ou não como Documento da ABNT.

Por fim, o Projeto de Norma, com as sugestões aceitas, é homologado e publicado pela ABNT.

Todo esse processo é dinâmico, isto é, está em constante evolução, pois a qualquer momento uma norma técnica pode ser desenvolvida (nova norma), atualizada (revisão de norma) ou adequada (emendas às normas), desde que haja justificativa embasada tecnicamente.

“A importância da contribuição de todas as partes interessadas reside em se buscar todos os pontos de vista abordados por uma norma técnica, uma vez que os benefícios da normalização serão alcançados na medida em que ela de fato traduza as expectativas da sociedade”, arremata Esper. ©

NO PRUMO

Compartilhar teoria e prática da construção civil, com leveza, didatismo e criatividade. Esta é a proposta do livro “No Prumo”.

O livro é dividido em duas partes. A primeira traça a história da construção no Brasil e sua relação com a cultura. A segunda revela, na prática, os conceitos e as técnicas consolidadas ao longo dessa história.

A publicação oferece uma leitura atual de temas que vão do projeto e da análise de solo aos serviços de concretagem, sistemas construtivos e sustentabilidade.

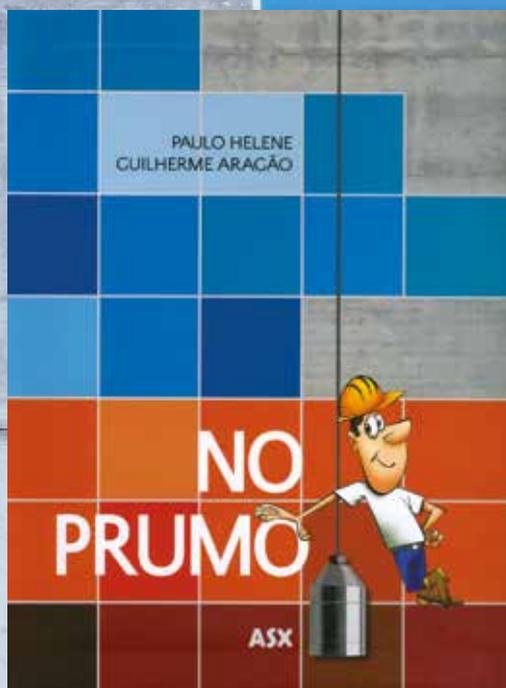
Com textos de Paulo Helene, professor titular da USP e diretor-presidente do IBRACON, e diretor da PhD Engenharia, e de Guilherme Aragão, jornalista e escritor, especialista em formação política e econômica do Brasil.

FORMATO: 21 x 29 cm

PÁGINAS: 170

ANO: 2017

VENDAS: Loja virtual (www.ibracon.org.br)



PRODUÇÃO



PATROCÍNIO



REALIZAÇÃO

MINISTÉRIO DA CULTURA

